

# ÍNDICES ECONÔMICOS E SOCIAIS E SUAS INTERFERÊNCIAS NA SEGURANÇA DO TRABALHO

César Benoliel

## 2º COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

21 e 22 de Fevereiro de 2002 - Auditório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - Portugal

*"Teorias, por mais brilhantes que sejam, tornam-se ultrapassadas. Mas o relato frio de uma realidade  
jamais se esgota"*  
Darcy Ribeiro (1922-1997)

### RESUMO

A "economia-cassino" da desregulamentação financeira que levou a diversas crises, entre as quais a Crise Asiática, da Rússia e a da América Latina e mais recentemente o colapso na Argentina, é marca distintiva da nova ordem mundial, marcada pela especulação.

O comércio internacional, regulado pela OMC, tem na sua liderança os Estados Unidos. Possui um sistema que favorece os países mais ricos e mais fortes em detrimento dos países mais pobres.

Esta conjuntura tem reflexo direto nas relações do trabalho e em consequência na Segurança do Trabalho. Pretende-se com esta abordagem aprofundar algumas reflexões sobre o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU (IDH), a estrutura de Relações do Trabalho no Brasil e as ligações políticas, a fim de buscar saídas que resultem em melhor qualidade de vida e condições de trabalho.

Primeiramente, faz-se a abordagem do resultado apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano - RDH de 1999. Nesse relatório o Brasil figura com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH Médio, sendo que no anterior o país estava incluído no Grupo de IDH Elevado.

A mudança se prende ao fato de que à partir de 1999 introduziu-se na fórmula de cálculo a "renda per capita", e como é sabido, o Brasil possui péssima distribuição de renda para o conjunto da população.

Portanto, a presente abordagem se faz atual e necessária visto que o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, volta-se para a alteração das Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, que não pode prescindir da análise da situação conjuntural, sob pena de se incorrer em grave erro de procedimento que apresente consequências irreversíveis.

### TECNOLOGIA e POBREZA

Sempre que se pensa em ordenar algum procedimento técnico ou social, existe a necessidade de buscarmos parâmetros qualitativos e quantitativos do objeto estudado.

Na economia não seria diferente, o parâmetro que se apresenta é o relatório da ONU, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Este parâmetro sofreu recente mudança, sendo seu cálculo aperfeiçoado após terem sido adotadas as propostas do prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen.

A base da mudança está na busca do aumento da renda da população. A alteração de metodologia incorporou a renda "per capita" do país à fórmula de cálculo. Os outros indicadores permaneceram inalterados.

Criado em 1990, o IDH mede o grau de desenvolvimento de uma nação levando em consideração não só a renda per capita, mas também a expectativa de vida da população, o acesso à educação e a serviços que privilegiem a integridade da população, dentre os quais o saneamento básico, por exemplo.

Os fatores que orientam o IDH têm o mesmo peso na avaliação. A média desses três indicadores tem como resultado o índice que varia entre zero e um. Quanto maior o valor do índice, maior o grau de desenvolvimento. Segundo o IDH, o Brasil vem avançando continuamente na direção da melhoria da qualidade de vida de sua população.

No último relatório o país não foi incluído dentre aqueles que possuem elevado índice de desenvolvimento, mesmo com o crescimento econômico e o aumento das oportunidades para o homem. Segundo a ONU, os avanços não foram igualmente distribuídos. A expansão de mercados e aumento de lucros superaram em muito os resultados voltados para o bem-estar da população.

A ONU, no relatório de 1999, faz duras críticas à maneira como a globalização vem sendo conduzida: "Houve maior atenção a normas, padrões, políticas e instituições para abrir mercados mundiais, do que as pessoas e seus direitos e os mercados não são nem a primeira nem a última palavra no desenvolvimento humano".

Neste sentido, pode-se observar que no Brasil não foi diferente. O Ministério do Trabalho e Emprego, com a justificativa de enxugar a sua estrutura, restringiu a Departamento a área de Segurança do Trabalho que antes era de competência de Secretaria. E ainda, a política aplicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego está voltada insistentemente para o que se denomina de "Flexibilização das Relações do Trabalho", como será visto adiante.

As mutações nas Relações do Trabalho decorrentes do mundo globalizado tem trazido consequências particularmente graves em países com agudas desigualdades sociais como o Brasil.

A realidade é que os direitos trabalhistas têm sido encarados como empecilhos para obtenção progressiva de lucro e concentração de riqueza. Busca-se confundir a sociedade com idéias "ultraliberais", reputando inevitável a Globalização, Privatização, Terceirização e a Quarteirização. E ainda, disseminando que para ser competitivo o Estado deve ser mínimo, o que está muito aquém do Estado Democrático de Direito.

No entanto, deve-se observar quem são os defensores desse modelo aperfeiçoado de Exploração Global? Claro que os países em que o Estado é máximo, principalmente quanto as áreas estratégicas de desenvolvimento e domínio territorial.

As mudanças estão acontecendo seguindo este modelo colonialista. Advogam que é necessário o Serviço Especializado Terceirizado e mesmo Coletivo. Quem se interessa por este modelo está realmente pensando na proteção dos trabalhadores ou vislumbrando grande negócio como aconteceu na Argentina?

Constata-se que a primazia dos mercados concentrou poder e riqueza num grupo seletivo de pessoas, países e empresas, marginalizando os outros.

Observando-se mais amplamente o relatório da ONU de 1999 tem-se que: A quinta parte da população mundial que vive nos países mais ricos tem 86% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 82% dos mercados de exportação, 68% dos investimentos diretos estrangeiros e 74% das linhas telefônicas. A quinta parte que vive nos países mais pobres tem uma participação de aproximadamente 1 % em cada uma dessas categorias.

Aproximadamente 1.3 milhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável; uma em cada sete crianças em idade de cursar o Primeiro Grau está fora da escola, cerca de 840 milhões de pessoas são desnutridas; cerca de 1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia.

Apenas 33 países alcançaram um crescimento sustentado da renda "per capita" de 3% ao ano de 1980 a 1996. Para 59 países, principalmente na África abaixo no Saara e no antigo bloco comunista, o PIB per capita diminuiu.

Em 1993, apenas dez países respondiam por 84% dos gastos com pesquisa e desenvolvimento em todo o mundo. Mais de 80% das patentes concedidas nos países em desenvolvimento pertenciam a residentes em países industrializados.

Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com 19% da população mundial, detêm 71% do comércio mundial de bens e serviços, 58% do investimento direto estrangeiro e 91% do total de usuários da Internet. A onda recente de fusões e aquisições está concentrando poder em empresas multinacionais. Em 1998, as dez maiores empresas de agrotóxicos controlavam 85% de um mercado mundial de US\$ 31 bilhões. Os ricos que correspondem a 20% da população mundial concentram 86% do PIB.

A desigualdade de renda é o traço que mais impressiona na sociedade brasileira. Esta desigualdade se mantém praticamente por todo o período para o qual temos estatística. Em 20 anos passou-se da ditadura à democracia, da intensa inflação à estabilização, da estatização a privatização, do fechamento a abertura comercial. Tudo mudou, menos a desigualdade.

O nosso país está na 69ª posição, continuando com o IDH médio. Mesmo assim não se pode desistir de alcançar o desenvolvimento com justiça social.

Há políticas compensatórias de curto prazo, como programas de renda mínima e bolsa escola. Mas o que pode realizar a mudança estrutural é apenas a distribuição de renda e a educação. Se alguém chega ao mercado de trabalho com 15 anos de estudo e outro com um, o de maior escolaridade vai ganhar muito mais do que segundo.

A pobreza voltou a crescer no país. Em 1999, mais 3,1 milhões de brasileiros passaram a não ter renda suficiente para comer, vestir-se, cuidar da saúde e da educação.

Segundo pesquisa, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, havia, em 1998, 33,4% da população brasileira vivendo na pobreza. No ano de 1999, o percentual de pobres subiu para 34,9% um total de 54,1 milhões de brasileiros. Desde 1996, a porcentagem de pobres não crescia no país.

A pobreza só foi maior em 1993, ano em que atingia 44,1% da população (cerca de 62,4 milhões de pessoas).

Em São Paulo, por exemplo, o aumento do desemprego, principalmente entre os trabalhadores menos qualificados, explica o comportamento desse crescimento indesejável.

Os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que em 1990, dez a cada cem funcionários das indústrias das seis principais regiões metropolitanas do país não estavam formalizados. Hoje, para cada cem empregados há 20 sem este procedimento básico de proteção dos direitos do trabalhador.

O quadro se agravou ainda mais em São Paulo. No principal parque industrial do país a informalidade, que atingia nove a cada cem empregados no início da década, já alcança 22.

Engrossando a lista de informais está boa parte dos trabalhadores por conta própria, cuja proporção, em todas as seis principais regiões metropolitanas do país, quase triplicou. Passou de 3,54% para 10%. Nem todos eles pagam sua autonomia (Aposentadoria), admitem os especialistas do IBGE.

Todo esse contingente de informais da indústria vive em uma situação precária. Não tem férias, 13º salário, seguro-desemprego, não contribuem com a Previdência e vêem seus salários encolherem em termos reais.

O crescimento da informalidade na indústria é um dado que não surpreende, pois deve estar diretamente ligado ao crescimento dos serviços terceirizados que legalmente exploram a força de trabalho de forma cruel.

Toda essa situação foi colocada no livro editado pelo Banco mundial "A Qualidade do Desenvolvimento". Nesta publicação há um quadro no qual foram comparados os desempenhos de três países, observando que adotaram dois tipos de estratégia de crescimento econômico.

Um modelo privilegiou o capital. O outro se baseou em outros fatores como a melhoria de vida da população. O Brasil ficou com o primeiro modelo. O Chile e a Coréia adotaram a segunda proposta. Dos três o Brasil foi o que menos cresceu, ficou com mais pobres, mais analfabetos e a pior distribuição de renda.

Outro exemplo a Rússia, apresenta hoje, crescimento sustentável de 4% ao ano. Estava na mesma situação da Argentina. Não seguiu as regras do Fundo Monetário Internacional(FMI) e rompeu a crise idêntica ao do nosso país vizinho.

Voltando ao relatório da ONU tem-se que as dez maiores empresas de comunicações detêm 86% de um mercado de US\$ 262 bilhões. Como é sabido, cada vez mais o acesso à informação é determinante para o avanço social.

Enquanto no plano econômico os países pobres ficam cada vez mais pobres, é gerada uma nova dimensão de pobreza - a pobreza da informação.

O fato novo é a Internet, que permite uma super exposição à informação por quem tem acesso. A rede mundial concentra hoje o maior acervo de informações que já existiu à disposição da humanidade. É a mais completa biblioteca do planeta, com pouco mais de cinco anos de idade, em que a maior parte do seu conteúdo pode ser acessado gratuitamente.

Qual será o tamanho desse acervo daqui a 10 anos? Calcule-se a desigualdade gerada entre quem tem e quem não tem acesso a toda essa informação?

A população desconectada também fica excluída de participar em comunidades eficientes que se formam diariamente na rede promovendo a educação a distância e troca de experiência de vida, nos mais variados campos do conhecimento.

A riqueza, sem precedentes, de possibilidades oferecidas na rede faz com que as pessoas incluídas tornem-se cada vez mais distantes. Esse acesso à informação é definido pelo poder de pagar, as divisões na sociedade se acentuam. Os pobres tornam-se mais pobres, porque são excluídos dos meios por intermédio dos quais suas condições de vida e trabalho poderiam melhorar. E os ricos, mais ricos, porque consolidam as suas bases de poder.

Observe-se que a amplitude de banda internacional para toda a África é menor do que para a cidade de São Paulo, no Brasil. Amplitude de banda total para toda a América Latina é mais ou menos igual a de Seul, na República da Coréia.

Dessa forma, sabe-se que a impossibilidade de acessar informação é considerada hoje a mais nociva forma de exclusão social.

Uma sociedade com altos índices de exclusão social, sem oportunidades iguais, tem menos capacidade de gerar e distribuir riquezas. Logo, tem menos consumidores e gera, em um círculo vicioso, menos capacidade de promover o bem-estar de seus membros. Crescem então os custos sociais que, por sua vez, oneram com impostos os cidadãos inseridos economicamente, que apesar de pagarem mais pela manutenção de seu nível social, percebem o alastramento da pobreza e o conseqüente aumento da violência.

É muito claro que o desafio atual é a democratização da tecnologia.

O Índice de Avanço Tecnológico, uma novidade do 12º Relatório de Desenvolvimento Humano veio para confirmar isso. O objetivo do IAT não é medir a genialidade dos pesquisadores e suas invenções ou quanto se investe no setor, mas verificar quais nações estão mais preocupadas em fazer uso das novas tecnologias da informação para diminuir dramas sociais e democratizar a educação.

Nesse sentido, o Brasil não consta entre os 18 líderes (encabeçados pela Finlândia) nem entre os 19 líderes potenciais, mesmo possuindo, em São Paulo e Campinas, dois dos 46 principais centros tecnológicos do planeta (e nenhum país entre os potenciais têm mais que isso), foi descartado e colocado entre os "seguidores dinâmicos", como são chamados os países em que a difusão dos avanços é "lenta, incompleta, e exclui grande parte da população".

Os avanços tecnológicos tendem a aprofundar tanto o fosso entre as classes nos países em desenvolvimento quanto o fosso entre estes e os países desenvolvidos. No Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em conta o padrão de vida, a saúde e a educação, a diferença entre o melhor (Noruega) e o pior (Serra Leoa) é de 3,6 vezes. Quanto ao Índice de Avanço Tecnológico a diferença da Finlândia para o último da lista (Moçambique) é de onze vezes! Como o IAT passará a influir, cada vez mais, no IDH, ficará difícil para o Brasil alcançar posição menos medíocre nos relatórios do PNUD, pois os avanços tecnológicos, aqui, não vêm se revertendo em benefícios para a população.

O IAT analisa, para começar, a criação tecnológica e mede o número de patentes concedidas a cada milhão de habitantes e valor recebido em função de licenças de taxas do uso dessas patentes: o Brasil detém duas patentes por milhão de pessoas (nos Estados Unidos, são 289 e no Japão 994). Quanto à difusão tecnológica: temos 7,2 hosts de Internet por mil habitantes ( na Finlândia são 200) e o percentual das taxas exportações de produtos de alta e média tecnologia é de 32,9% (a taxa coreana, por exemplo, é de 66,7%). O Brasil está melhor colocado no quesito difusão de tecnologias antigas, visto que possui 238 linhas telefônicas fixas e móveis por mil habitantes, acima do México, que é um líder potencial.

A parceria entre a tecnologia e o desenvolvimento humano sempre produziu resultados aquém das expectativas, ou seja, os avanços tecnológicos tem servido para aumentar e não diminuir o abismo social.

No futuro, esse momento será estudado como um dos grandes momentos da História do homem, assim como os primórdios da agricultura, a invenção dos tipos móveis por Gutemberg, a eletricidade e muitos outros que alteraram definitivamente as relações entre as pessoas e foram fatores determinantes de inclusão e exclusão social.

Para alguns, a tecnologia é vista como problema superficial, sob o argumento de que os computadores e a Internet nas mãos dos mais pobres não resolverá os problemas do Brasil e do mundo. É claro que prover alimentos, teto, água potável, saneamento básico e educação aos mais carentes sobrepõe-se a necessidade de dar acesso à informação. Mas o fato é que esses problemas existem e resistem há séculos. E se continuar a ser enfrentado de modo tradicional como se tem feito, o resultado será sempre o mesmo. O que diferencia o desafio da inclusão digital são as novas possibilidades que se abrem na geração de recursos necessários para resolver esses e outros problemas antigos, partindo da base para o topo.

No RDH 2001, está demonstrado que a difusão da tecnologia tem sido desigual. Fica claro que as novas tecnologias são fundamentais para reduzir a pobreza mundial. É imperioso colocar o avanço tecnológico à serviço do desenvolvimento humano. Em todo o mundo a população tem grandes esperanças de que essas novas tecnologias redundem em maior liberdade social, maior conhecimento e qualidade de vida.

As tecnologias mais antigas tem, também, de atingir os pobres do mundo. A eletricidade, com a utilização difundida desde a invenção da lâmpada elétrica, na década de 1870 não está ainda acessível a cerca de 2 bilhões de pessoas, um terço da população mundial.

Tomando ciência deste quadro geral de desigualdades, soa desafinado o discurso de que se precisa buscar modelo de Gestão de Segurança do Trabalho balizado pelos utilizados nos países centrais para alcançarmos melhores condições de proteção à vida dos nossos trabalhadores.

A preocupação é ainda maior, quando se observam afirmações de que o modelo de Seguradoras de Risco do Trabalho possa vir a ser adotado em nosso país. Realmente em matéria de geração de relatórios coloridos, é sem dúvida excelente ferramenta. Mas em matéria de promover à segurança dos trabalhadores no seu local de trabalho é uma tragédia.

## **CONJUNTURA DAS RELAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL**

Com a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 5483/2001 - que flexibiliza as leis trabalhistas, fica demonstrado claramente a total falta de compromisso dos parlamentares, que votaram a favor do referido Projeto, com quem deveriam representar: o povo.

A idéia de submeter a lei a negociação entre sindicatos de trabalhadores e empregadores está, na prática, apenas abrindo caminho para a redução de direitos historicamente conquistados.

É difícil entender que a maioria na Câmara Alta tenha votado favoravelmente ao Projeto, já que seu texto contém impropriedades fundamentais aos preceitos da própria Constituição da República.

Ademais, o legislativo demonstrou desconhecer que o Brasil é desigual no seu desenvolvimento ou, o que é pior, levemente não levou em consideração este importante aspecto do país.

As mudanças previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT não favorecem, como querem fazer acreditar, a classe trabalhadora. Aliás, a própria CLT não é obstáculo para que o empregador conceda vantagens superiores àquelas delimitadas nos dispositivos legais

O ponto crucial do referido Projeto é que ele pressupõe a existência de sindicatos fortes. No entanto, a realidade brasileira é a predominância de sindicalismo frágil de trabalhadores, com pouca filiação e por conseqüência, precária representatividade. Desta forma, é hipocrisia dizer que os sindicatos obreiros terão mais poder de negociação frente ao capital, pois não haverá igualdade nas negociações entre o sindicato dos trabalhadores e o patronal, ainda que não existisse a hipossuficiência do trabalhador frente ao empresário.

Ora, a finalidade da flexibilização dos direitos trabalhistas é só uma: a defesa da classe empresarial em que se retiraria o "obstáculo" das garantias de trabalho para a obtenção de maior lucro. Hoje, é fácil que os trabalhadores se submetam a qualquer condição e salário, tendo em vista a própria saturação do mercado. O cidadão tem que se contentar e agradecer seu emprego, já que milhões não tem fonte de renda. A ausência das garantias trabalhistas vem legitimar essa triste realidade.

No Paraná, por exemplo, a propaganda de Governo para atrair empresas para o estado era afirmar que a organização sindical operária não era tão atuante quanto no ABC paulista. Mesmo o atuante Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, rendeu-se há pouco ao acordo para redução da jornada de trabalho e do salário.

Fica difícil prever o que acontecerá com a maioria dos nossos frágeis sindicatos se acontecer a promulgação desta Lei.

Hoje, vive-se o temor do desemprego. O elevado índice nesta área e o diminuto crescimento observado na nossa economia não permite acreditar na reversão desse quadro.

É perversa a desigualdade social em que a realidade é o trabalho infantil e o trabalho escravo. Seguindo nesta direção será agravado ainda mais o empobrecimento do povo, marginalizando maior parcela da população e agudizando os componentes de degradação social advindos dessa insensatez. É o retorno às condições existentes no Século XIX no que diz respeito às Relações do Trabalho.

Nesse contexto, como falar em Segurança do Trabalho. Será que o trabalhador no momento em que está negociando

emprego e salário terá condições de discutir o ambiente de trabalho?

É lógico que o pouco conquistado nesta área será o primeiro item a ser negociado.

Para que os direitos dos trabalhadores, duramente conquistados com muita luta, sejam mantidos este Projeto deve ser reprovado no Senado.

## **CONCLUSÃO**

Hoje, a proteção aos direitos humanos e dentro destes os direitos trabalhistas, é tida como uma conquista irrenunciável, por todos os governos do mundo ditos democráticos. A proteção dos direitos do homem nunca está ausente dos discursos políticos. A defesa desses direitos humanos já não serve como parâmetro para identificar essa ou àquela ideologia, pois se tornou um pressuposto de legitimidade para os governos democráticos.

Em relação aos direitos trabalhistas, é importante frisar, a insistente pressão continua na direção da sua fragilização, a despeito do discurso oficial.

A prática desses governos que tem como bandeira as garantias sociais denuncia qualquer tipo de discurso. E nós vivemos essa realidade. A falta de saneamento básico, educação, emprego, desigualdade entre homens e mulheres, fragilização econômica e social são todas formas de privação de liberdade.

São muitos os males que assombram a opulência sem precedentes do mundo em que vivemos: a pobreza extrema, a fome coletiva, a subnutrição, a destituição e a marginalização social, a privação de direitos básicos, notadamente na área do trabalho, por intermédio do trabalho escravo e da exploração infantil, a carência de oportunidades, a opressão e a insegurança econômica, política e social.

O desenvolvimento econômico deve estar voltado para garantia das liberdades, tanto em ações e decisões como as oportunidades reais, porque a liberdade melhora o potencial das pessoas de cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais no processo de desenvolvimento.

Mas o sonho da implementação dos direitos humanos deve continuar, por mais que a indignação com o sistema político traga desilusões.

Muitos foram os estudiosos dessa nossa trágica realidade. Produziram obras com conteúdo voltado à reflexão dentro e fora do país nas diferentes áreas de pensamentos. Contudo, esse esforço de compreensão do processo histórico de construção do Brasil tem-se tornado menos eficaz à medida que as forças do processo de globalização tendem a prevalecer. A tradição tem sido pensar que a nação se formou sob a impulsão de fatores endógenos, quando na verdade este país surgiu como uma construção comandada de fora para dentro, e evoluiu ao sabor da conjuntura internacional.

Nós, profissionais da segurança do trabalho, sabemos as dificuldades de implementarmos medidas de proteção à vida dos trabalhadores. Sentimos a pressão do que é enfrentar o maciço poder econômico, o qual a própria ONU reconhece que deixou de lado os direitos humanos e a reboque os direitos trabalhistas privilegiando fortemente o resultado econômico positivo.

Temos que olhar para o acidente do trabalho, como a forma mais visível, de exclusão social no âmbito da nossa área de atuação.

Há muito a se fazer para alcançarmos o equilíbrio social no nosso planeta e, principalmente, no nosso segmento, a segurança do trabalho, que é moeda negociável sempre que entram em jogo emprego e salário.

Deve-se buscar um Projeto de Nação que tenha no seu desenvolvimento a previsão de absorção do maior número de trabalhadores, sem abdicar da tecnologia. É possível pensar a Organização do Trabalho desta forma, somente é necessário vontade política para aplicá-lo. Deve-se garantir a estabilidade no emprego para o conjunto dos trabalhadores, dando-lhes, no mínimo, a condição de obter o Contrato Clássico de Trabalho.

É necessário pensar na remuneração da força de trabalho e observar que esta é a ferramenta, mesmo que de forma acanhada, da desconcentração de renda no país, apontado mundialmente como detentor de pontuação indesejável neste tema.

Por último, construir sistema previdenciário digno para quem contribuiu por toda a vida para o desenvolvimento da nação.

Estes são, ao meu ver, de forma simples e objetiva, os pontos que se devem buscar para a melhoria das condições do trabalho no Brasil, pois não há que se falar em Segurança do Trabalho dissociada de uma análise crítica do contexto social e econômico, sob pena de estarmos contribuindo com a farsa de que existe proteção à vida daqueles que constróem este país.